

Currículo, identidade e diferença: Embates na escola e na formação docente

Antonio Flávio Barbosa MOREIRA
Pontifícia Universidade Católica de Petrópolis
Curso de Mestrado em Educação
Rio de Janeiro

Ana Paula ARBACHE
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Programa de Pós-Graduação em Currículo
São Paulo

Merise dos Santos CARVALHO
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Programa de Pós-Graduação em Educação
Rio de Janeiro

Agência financiadora: CNPq

Resumo

O estudo pretende compreender se e como questões de diferença e identidade têm sido consideradas em escolas públicas de ensino fundamental e na formação de professores em nível superior. Quer-se, também, verificar se e como as idéias pedagógicas norteadoras no tratamento dessas questões sugerem normas e valores com base nas quais as crianças de grupos minoritários possam, paradoxalmente, vir a ser diferenciadas e desqualificadas para a participação. Recorre-se à teoria social e cultural contemporânea, particularmente, aos estudos culturais e à teorização de Thomas Popkewitz. Num primeiro momento, realizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre a temática identidade. Pretende-se efetuar, a seguir, análises de documentos pedagógicos e institucionais e entrevistas semi-estruturadas com docentes de escolas de ensino fundamental do Município do Rio de Janeiro e com docentes da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Os primeiros resultados constituem reflexões sobre identidade, em que se destacam: a relevância do tema; o caráter de indissociabilidade entre identidade e diferença; a preocupação com a semelhança expressando-se na busca por articulação, por um eixo comum de equivalência, que possa nortear tanto as lutas políticas como o processo de construção e de reposicionamento de identidades nos ambientes educativos.

Palavras-chave: Identidade, diferença, currículo.

Introdução

A presença de questões de identidade e diferença tem sido marcante, tanto na recente produção científica brasileira sobre multiculturalismo, como em propostas curriculares oficiais em que se observa a preocupação com a diversidade cultural (Moreira, 2001; Rio de Janeiro, 1996). A pesquisa que estamos desenvolvendo volta-se para tais questões. Tem por objetivo compreender se e como questões de diferença e identidade têm sido consideradas em escolas públicas de ensino fundamental e na formação de professores em nível superior. Procura também verificar se e como as idéias pedagógicas norteadoras do tratamento dessas questões sugerem normas e valores com base nas quais crianças de grupos minoritários possam, paradoxalmente, vir a ser diferenciadas, separadas, desqualificadas para a participação.

O foco em escolas justifica-se porque elas “determinam em grande parte não somente o que as pessoas fazem como também quem são, serão e podem ser” (Sarup, 1996, p. 69). Aceitando-se, então, a relevância que os significados escolares têm na construção dos tipos de pessoas que os alunos são e serão, os diferentes traços de nossas identidades sociais precisam ser objeto da atenção de quem atua no processo educativo escolar. Em outras palavras, como afirma Moita Lopes (2002), é crucial que a questão das identidades se torne parte nuclear dos programas de preparo de professores. Daí a escolha do segundo foco do estudo, a formação docente.

Como bem resume Sarup (1995), as questões sobre identidade precisam incorporar-se tanto no currículo das escolas como na formação do professorado. “Como educadores, estaremos ajudando nossos alunos se neles suscitarmos a consciência dos problemas e das questões implicadas nos debates sobre as identidades nacionais, étnicas, de classe e de gênero. Creio ser importante conhecer como se imaginam e se estruturam as categorias” (p. 280).

A preocupação com os sistemas de raciocínio presentes no modo como se fala sobre o estudante de grupos minoritários deriva do ponto de vista de que a linguagem pedagógica carrega normas e valores que historicamente têm

funcionado para “confinar” a criança (Popkewitz, 1998). O conhecimento pedagógico inscreve certa seletividade no modo como os docentes vêem, pensam, sentem e descrevem o aluno. Com isso, “normaliza-se” a criança, situando-a em um conjunto de distinções, diferenciações e categorias que, no caso da criança de grupos minoritários, a desvia das normas e das médias. Produz-se uma biografia para essa criança, delimitando-se o campo de ação possível e afetando-se, assim, a maneira como ela se vê e se conduz como ator no mundo (Popkewitz e Lindblad, 2001).

O estudo propõe-se, então, a oferecer subsídios para o enriquecimento das discussões sobre o multiculturalismo no Brasil, analisando a abordagem de questões de identidade e diferença na escola e na formação de docentes. Espera-se que os resultados obtidos possam incentivar e nortear reflexões e estratégias, na escola e na formação docente, que de fato minimizem os injustos processos de exclusão e discriminação que têm penalizado crianças e adolescentes de grupos oprimidos, contribuindo para evitar a criação de espaços em que esses estudantes acabem “confinados”.

Considerações teórico-metodológicas

Em um primeiro momento, o estudo centrou-se em uma pesquisa bibliográfica sobre a temática identidade e diferença, tendo a teoria social e cultural contemporânea subsidiado as discussões. Está-se prestes a iniciar a análise de documentos (projetos, propostas, relatórios, atas, programas, ementas, planos, livros e outros materiais didáticos) e a realizar entrevistas semi-estruturadas com docentes de escolas de ensino fundamental do município do Rio de Janeiro e com docentes da Faculdade de Educação da UFRJ. As etapas subsequentes envolverão a análise dos dados coletados e a redação do texto final da pesquisa.

Foram selecionadas 3 escolas da rede municipal do Rio de Janeiro em que a preocupação com a identidade social se faz presente, conforme informações obtidas na Secretaria Municipal de Educação, e se expressa em procedimentos pedagógicos desenvolvidos. Na Faculdade de Educação serão entrevistados docentes do Curso de Pedagogia que, em algum grau, evidenciem, em suas aulas, interesse pela discussão em pauta. Todos os docentes (das escolas e da Faculdade de Educação) serão, assim, selecionados por apresentarem sensibilidade em relação à temática, que se

manifeste, por exemplo, na proposição de projetos ou na inclusão de tais temas em seus programas, aulas ou investigações. O número exato de docentes ainda está sendo definido, dependendo de informações complementares nas escolas e na Faculdade de Educação. Vale ressaltar que tanto as entrevistas para os docentes de escola pública fundamental, quanto para os docentes do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação já estão organizadas e validadas, aguardando o momento de serem aplicadas.

O estudo não tem por objetivo verificar se as perspectivas dos professores encontram-se ou não em harmonia com a recente teorização sobre identidade e diferença. Considera-se, contudo, que essa teorização, brevemente apresentada a seguir, pode ser útil para subsidiar tanto a análise das entrevistas e dos documentos, como reflexões mais gerais relativas ao tratamento da temática na escola e na formação de professores.

Conforme Moreira e Macedo (2002) argumentam, a identidade é parte fundamental do movimento pelo qual indivíduos e grupos compreendem os elos, mesmo imaginários, que os mantêm unidos. Compartilhar uma identidade é participar, com outros, de determinadas dinâmicas da vida social – nacional, religiosa, lingüística, étnica, racial, de gênero, regional, local. Dada a crescente complexidade dessas dinâmicas, nas quais se produzem, se reafirmam e se contestam identidades, não surpreende que a identidade se venha impondo como categoria de particular relevância para a compreensão dos fenômenos sociais contemporâneos, dentre os quais se inclui a educação.

Cabe reconhecer, porém, que a preocupação com a identidade não é nova. Considerações sobre o sujeito e sua identidade estão presentes nas teorias sociais e políticas da modernidade. Stuart Hall (1997a) as discute, em estudo já clássico, distinguindo-as da concepção emergente nas últimas décadas do século XX, aplicável ao sujeito da contemporaneidade. Essa última concepção será apresentada mais detalhadamente, tendo em vista os subsídios que pode oferecer ao estudo que se desenvolve.

A primeira visão de identidade corresponde ao sujeito do Iluminismo. Nela, a pessoa humana é concebida como um indivíduo centrado, unificado, dotado de razão, de consciência, de ação. Acredita-se na existência de um núcleo interior, que nasce e se desenvolve com o indivíduo, e que constitui o centro essencial, a substância essencial, que conforma a identidade.

A segunda associa-se ao sujeito sociológico. Nesse enfoque, não há uma identidade essencial, assim como não há um indivíduo passivo que se forme pela internalização de valores culturais estabelecidos. Adota-se uma concepção interativa da identidade e do eu, considerando-se que a identidade se elabora e se modifica em diálogo contínuo com os mundos exteriores e as identidades disponíveis.

Se as duas noções, muito brevemente resumidas, contribuíram significativamente para as reflexões sobre identidade, pode-se afirmar que já não conseguem dar conta da complexidade envolvida nas revisões dos discursos e das práticas identitárias que se dão em meio ao intrincado panorama que se configura nas sociedades contemporâneas. Todas as transformações econômicas, sociais, políticas e culturais que hoje se passam têm desestabilizado e enfraquecido as idéias de identidade pessoal e social formuladas na modernidade. Nesse processo, descentram-se as identidades modernas e deslocam-se os indivíduos tanto de seus lugares no mundo social e cultural como de si mesmos.

Uma nova concepção, então, vem sendo proposta. Chega-se ao sujeito pós-moderno. Nessa perspectiva, o que se tem é um sujeito fragmentado, composto de várias identidades, algumas contraditórias ou mesmo não resolvidas. Vivem-se diferentes identidades, que absolutamente não se unificam em torno de um eu coerente e que se modificam ao longo do tempo (Hall, 1997a, 2000).

Passa-se a entender o eu como uma produção histórica, cultural e discursiva, como um constante processo de reconstrução. Constituído e sendo constituído por diferentes relações de poder, o eu é relacional, ou seja, define-se por suas relações com os outros (Carlson e Apple, 2000). Para sua compreensão, alteridade e contexto emergem como noções cruciais.

Em síntese, a identidade social caracteriza-se por fragmentação, contradição e processo (Moita Lopes, 2002). É incompleta, interminável. É o sujeito em processo (Sarup, 1996). É sempre uma invenção. Forma-se no ponto instável em que as histórias da subjetividade encontram as narrativas da história, da cultura (Hall, 1997b)

Se a fragmentação e a contradição ocorrem no interior dos indivíduos, ocorrem também entre os membros de um dado grupo, o que permite afirmar que nenhuma identidade mestra dá conta de alinhar todos os componentes desse grupo. Assim, são reducionistas as tentativas de se identificar a identidade da mulher, a identidade do negro, a identidade do homossexual. Aspectos identitários diversos cruzam-se e deslocam-se no interior dos indivíduos e dos grupos, o que torna o processo de identificação variável, problemático e provisório (Hall, 1997a).

Em busca de outros subsídios para alcançar os objetivos do estudo, focalizam-se, a seguir, as análises de Thomas Popkewitz (1998, 1999) sobre políticas e práticas curriculares nas quais o discurso da preocupação com o “outro”, com o estudante de grupos minoritários, se encontra presente. Nessas análises, o autor tem argumentado que os conhecimentos pedagógicos balizadores das iniciativas acabam favorecendo a criação de um espaço discursivo em que a criança da cor e da pobreza jamais consegue ser uma criança “padrão”, “normal”, “média”.

Popkewitz realizou um estudo em escolas "rurais" e "urbanas" norte-americanas, em que atuavam docentes formados no programa Teach for America, organizado para desenvolver nos futuros professores posturas de profissionalismo,

reflexão e multiculturalismo, visando a torná-los agentes de mudança. Examinando e discutindo os sistemas de raciocínio e as categorias empregadas pelos docentes, Popkewitz sustentou que esses conhecimentos conferiam uma especificidade ao modo como eles se situavam em relação às crianças e às disciplinas escolares. Esses conhecimentos incorporavam um continuum de valores que permitia comparar as crianças por meio de distinções, normas e divisões lingüisticamente produzidas na pedagogia.

Os conhecimentos, os valores e as normas formavam uma grade de idéias por meio da qual o professor diferenciava e separava. Chegava-se, então, a uma “média”, segundo a qual a criança de grupos minoritários era entendida e avaliada. Conformava-se um mundo para tal criança que, em vez de ajudá-la a se tornar um cidadão produtivo, poderia desqualificá-la para a participação. Evidenciava-se, desse modo, o efeito produtivo do poder do conhecimento pedagógico.

A despeito das especificidades da investigação de Popkewitz, suas contribuições para a pesquisa podem ser vistas como significativas. Ainda que o autor tenha sustentado que devemos examinar o nível concreto das práticas pedagógicas para compreender as tecnologias que excluem e discriminam a criança (Popkewitz, 1998, 1999), pode-se argumentar que mesmo o exame restrito ao nível do discurso pedagógico é capaz de sugerir distinções, categorizações e normalizações que qualifiquem ou desqualifiquem alunos para a ação e a participação. Aceitando-se tal argumentação, pode-se supor que as reflexões de Popkewitz se mostrarão úteis para iluminar as análises a serem feitas nas próximas etapas da investigação.

Algumas considerações finais, decorrentes da pesquisa bibliográfica

No atual estágio de desenvolvimento do estudo, quando se terminou a pesquisa bibliográfica, algumas considerações podem ser apresentadas. Restringem-se ao nível teórico e, em alguns aspectos, reiteram elementos da fundamentação inicialmente delimitada. Situam-se nessa perspectiva a reafirmação da relevância atual e da complexidade da discussão da identidade, vivamente enfatizadas pelos autores estudados, o descentramento do sujeito pós-moderno e a associação entre identidade e diferença. Há, no entanto, um avanço teórico: reconhecer a íntima associação entre identidade e diferença demanda que se sustente, ao mesmo tempo, a necessidade de uma articulação entre as diferenças, tanto na política como na educação. Ou seja, se identidade e diferença se conectam, identidade e equivalência também constituem um binômio que marca a concepção de identidade. É este o ponto de vista, então, que defendemos no texto.

Vamos iniciar nossas considerações reafirmando a atualidade, a complexidade e o pouco desenvolvimento da discussão sobre identidade, com base na revisão bibliográfica empreendida. Para Hall, um dos autores que mais nos tem inspirado, o próprio conceito com o qual estamos lidando, identidade, é demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e ainda muito pouco compreendido na ciência

social contemporânea. Além de corresponder a um tema de enorme importância política, a identidade é um “local de dificuldade”, em função da complexidade envolvida em sua constituição e da improbabilidade de conseguirmos estabelecer a equivalência entre os seus constituintes psíquico e social (Hall, 1995, 1997a, 1997b, 2000, 2003).

A mesma perspectiva repete-se em outros autores. Para Escosteguy (2001), identidade é indiscutível foco de questionamento nos dias de hoje. Para Grossberg (2000), as lutas contemporâneas se dão em torno da identidade. Para Woodward (2000), estamos diante de uma crise de identidade, em termos globais, locais, pessoais e políticos. Identidade e crise de identidade são palavras e idéias bastante utilizadas hoje e parecem ser vistas por sociólogos e teóricos como características das sociedades contemporâneas. As mudanças e transformações globais nas estruturas políticas e econômicas no mundo contemporâneo colocam em relevo as questões de identidade e as lutas pela afirmação e manutenção das identidades nacionais e étnicas

(Não conseguimos deixar de comentar que a preocupação com a identidade transcende os limites dos debates acadêmicos e políticos e se evidencia tanto no título da capa do novo CD da dupla Sandy & Júnior – Identidade – quanto no título encontrado na capa do mais novo livro do Papa João Paulo II – Identidade e Memória).

Além da atualidade, da relevância e da complexidade do tema, há outro aspecto compartilhado na teoria social e cultural contemporânea, já presente em nossas primeiras considerações teóricas, mas, a nosso ver, merecedor de destaque: rejeita-se hoje qualquer visão essencialista de identidade, em que se considere que ela esteja no indivíduo, como um embrião, e se desenvolva ao longo da vida, de forma equilibrada, constante e linear. Ao contrário, a identidade é vista como decorrente da interação entre indivíduos, como uma construção, como sujeita a mudanças, como um processo contraditório. O sujeito centrado, unificado, racional e consciente da modernidade cede lugar ao sujeito fragmentado, plural, instável, descentrado.

Outro aspecto comum aos textos discutidos (inclusive aos analisados para a formulação do projeto) é a visão de identidade e diferença como entidades indissociáveis e mutuamente determinadas (Silva, 2000). A marca da diferença é tida como parte integrante do processo de construção identitária: a identidade elabora-se sempre em oposição ao que não se é, constrói-se por meio da diferença, não fora dela. Para McCarthy (1998), a categoria diferença pode ser empregada para especificar os princípios organizadores de seleção, inclusão e exclusão que informam os modos pelos quais mulheres e homens marginalizados são situados e constituídos em teorias sociais, práticas sociais e agendas políticas dominantes.

Cabe realçar que, anteriormente, a concepção vigente de identidade incluía a idéia de semelhança. Tal visão é ainda encontrada em dicionários. No de Aurélio Buarque de Holanda (1986), identidade significa: 1. qualidade de ser idêntico; 2. conjunto de caracteres próprios e exclusivos de uma pessoa: nome, idade, estado, profissão, sexo, defeitos físicos, impressões digitais, etc; 3. reconhecimento de que um indivíduo morto ou vivo é o próprio. Pode-se verificar que semelhança e diferença – atributos binários opostos – coexistem nessa definição de identidade. A qualidade de ser idêntico, de certa forma, se mistura à qualidade de ser diferente. A complexidade

do conceito claramente se reafirma: além de contraditório, mostra-se instável, em processo de mutação.

Outro dicionário, o de Antonio Houaiss (2001), também exemplifica esse binarismo conceitual. Nele identidade é conceituada como: 1. estado do que não muda, do que fica sempre igual; 2. consciência da persistência da própria personalidade; 3. o que faz que uma coisa seja a mesma (ou da mesma natureza) que outra; 4. conjunto de características e circunstâncias que distinguem uma pessoa ou uma coisa e graças à qual é possível individualizá-las. Novamente se evidencia a mesma dualidade do conceito que, paradoxalmente, teria a ver, ao mesmo tempo, com semelhança e com diferença. Observe-se, ainda, o caráter de permanência que se atribui à identidade.

Pode-se dizer que o conceito de identidade encontrado nos dicionários, apesar de contraditório e essencialista, sugere, de certo modo, democracia e inclusão. Semelhança e diferença – binários opostos – misturam-se, em uma junção ímpar, em que ora predomina uma e ora predomina a outra. Semelhança e diferença são, nesse enfoque, “coisas” inerentes a todo e qualquer indivíduo: sua identidade o faz semelhante e, ao mesmo tempo, diferente dos demais.

Na teorização social e cultural contemporânea, certamente o atributo diferença passa a prevalecer no conceito de identidade. Praticamente desaparece do conceito a “qualidade de ser idêntico”, a “semelhança de caráter essencial ou genérico”. A qualidade de ser idêntico dá lugar à qualidade de ser diferente do outro. Se há ganhos nessa mudança, há riscos que precisam ser considerados.

A nosso ver, a discussão sobre o binário diferença e semelhança assume claramente nova dimensão na teorização contemporânea. Recorre-se ao conceito de equivalência, passível de propiciar aos indivíduos uma ancoragem comum, ou melhor, um eixo comum capaz de algum grau de articulação no processo de constituição de suas identidades. Esse eixo comum de equivalência pode também favorecer o equilíbrio indispensável a toda e qualquer atividade educativa. Vejamos como os autores por nós estudados subsidiam tal ponto de vista.

Para Hall (2003), a dualidade semelhança e diferença é inerente ao conceito de identidade. O que as identidades têm em comum não é o que elas compartilham em termos culturais, étnicos e lingüísticos, mas sim o fato de serem vistas e tratadas como “a mesma coisa” pela cultura dominante. Há, assim, algo em comum – o mesmo tipo de exclusão – que vai fornecer o que Laclau e Mouffe (1987) denominam de eixo comum de equivalência.

Esses autores enfatizam a necessidade de uma lógica articulatória, de uma articulação de antagonismos em que a antiga semelhança, presente no conceito de identidade, se modifica, passando a ser vista como equivalência. Na base da noção de identidade, portanto, deve existir uma lógica equivalencial-igualitária que modifica a própria identidade pela construção de um novo “sentido comum”.

Grossberg (2000) também propõe um modelo de articulação como prática transformadora. Afirma que marginalização não é uma posição espacial, mas um vetor que define acesso, mobilidade e possibilidade de investimento. Propõe que os Estudos

Culturais se movam além dos modelos de opressão – modelo colonial e de transgressão – em direção a um modelo de articulação como “prática transformadora”.

Hall (2000) vê a lógica articulatória como um processo de suturação que implica certo fechamento. As identidades são vistas como pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós. O corpo – refúgio último da materialidade – condensa as subjetividades no indivíduo, função que não pode ser descartada e que também o constitui. A suturação do psíquico, do social e do discursivo é, nesse sentido, uma necessidade a ser reconhecida. As identidades são assim: por um lado, produto da marcação da diferença que se opõe à mesmidade e que se constrói com base em uma divisão; por outro, produto da exclusão como marcação de um eixo comum de equivalência que também a constitui e caracteriza.

Resumidamente, o que verificamos nos autores analisados é a necessidade de um ponto de encontro, de sutura, de fechamento, de equivalência, em torno dos binários identidade e diferença. Hall (1997b) valoriza o reconhecimento de que toda identidade se constrói por meio da diferença bem como a promoção de uma política da diferença. Mas, pergunta: a aceitação do status ficcional ou de narrativa da identidade não requer necessariamente seu oposto – o momento de fechamento arbitrário? É possível existir ação ou identidade no mundo sem fechamento arbitrário, ou seja, sem o “fim da sentença”? Tais fechamentos, não terminados, podem ser chamados, segundo ele, de eu, sociedade, política.

Hall acrescenta: política sem a interposição do poder na linguagem, o posicionamento, o cruzamento de linhas, a ruptura, é impossível. Todos os movimentos sociais que tentam transformar a sociedade e requerem a formação de novas identidades precisam aceitar tanto o necessariamente ficcional, quanto o fechamento arbitrário, que não constitui o fim, mas que torna a política e a identidade possíveis.

Nessa perspectiva, pensa-se a natureza de novas identidades políticas sem o recurso a qualquer eu absoluto ou integral. Não se prescinde, contudo, de uma política de articulação, uma política como um projeto hegemônico. Nessa concepção de política não se fala apenas a linguagem da dispersão, fala-se também a linguagem de fechamentos contingentes de articulação.

Nosso argumento é que, assim como na política, é preciso constituir unidades na diferença no âmbito da educação e da escola, para que as lutas se façam viáveis e para que as identidades não se fechem a outras identidades, ou seja, não se definam apenas pela lógica da exclusão. A nosso ver, a exacerbação do particularismo e da diferença reduz o espaço público em que a ação formativa precisa ocorrer, enquanto que a presença de um eixo comum de equivalência pode congrega, ainda que provisoriamente, tanto membros de um mesmo grupo quanto diferentes grupos. Reafirma-se, nesse enfoque, o significativo papel da escola, tanto na constituição e no reposicionamento das identidades, como em sua articulação em torno de um projeto comum. Reafirma-se a escola como um espaço público onde diferentes indivíduos e

grupos podem esforçar-se por dialogar, “tanto para clarear suas diferenças quanto para trabalhar no sentido de alguns entendimentos e acordos em relação ao significado de equidade, liberdade, comunidade e outros construtos democráticos em situações concretas” (Carlson e Apple, 2000, p. 34).

Referências Bibliográficas

- Buarque de Hollanda, A. Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa. Edição de luxo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986
- Carlson, D. e Apple, M. W. Teoria educacional crítica em tempos incertos. In: Hypolito, A. M. e Gandim, L. A. (orgs.). Educação em tempos de incertezas. Belo Horizonte: Autêntica, 2000
- Escosteguy, A. C. D. Cartografias dos estudos culturais: uma versão latino-americana. Belo Horizonte: Autêntica, 2001
- Grossberg, L. Identity and Cultural Studies: Is that all there is? In: Hall, S. & Du Gay, P. (eds.) Questions of cultural identity. London, Thousand Oaks, New Delhi: SAGE, 2000..
- Hall, S. The west and the rest: Discourse and power. In: Hall, S. & Gieben, B. (eds.) *Formations of modernity*. Cambridge: Polity Press/Open University, 1995
- Hall, S. Identidades culturais na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 1997^a
- Hall, S. Minimal selves. In: Gray, A. e McGuigan, J. (Ed.) Studying culture: An introductory reader. Londres: Arnold, 1997b
- Hall, S. Quem precisa de identidade? In: Silva, T. T. (org.) Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000
- Hall, S. Que “negro” é esse na cultura negra? In: Hall, S. Da diáspora: Identidade e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora Universidade Federal de Minas Gerais; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- Houaiss, A. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001
- Laclau, E. e Mouffe, C. Hegemony & socialist strategy: Towards a radical democratic politics. London: Verso, 1987
- McCarthy, C. The uses of culture: education and the limits of ethnic affiliation. New York: Routledge, 1998
- Moita Lopes, L. P. Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula. Campinas: Mercado das Letras, 2002
- Moreira, A. F. B. A recente produção científica sobre currículo e multiculturalismo no Brasil (1995-2000): avanços, desafios e tensões. Revista Brasileira de Educação, no. 18, p. 65-81, 2001

- Moreira, A. F. B. e Macedo, E. F. Currículo, identidade e diferença. In: Moreira, A. F. B. e Macedo, E. F. Currículo, práticas pedagógicas e identidades. Porto: Porto Editora, 2002
- Popkewitz, T. Struggling for the soul: the politics of schooling and the construction of the teacher. New York: Teachers College Press, 1998
- Popkewitz, T. Reconstituting an ethnography: social exclusion, post-modern social theory and the study of teacher education. In: Grant, C. A. (ed.) Multicultural research: a reflective engagement with race, class, gender and sexual orientation. London: Falmer Press, 1999
- Popkewitz, T. e Lindblad, S. Estatísticas educacionais como um sistema de razão: relações entre governo da educação e inclusão e exclusão sociais. Educação & Sociedade, no. 75, ano XXII, p. 111-148, 2001
- Sarup, M. Hogar, identidad y educación. In Volver a pensar la educación (vol. I). Política, educación y sociedad (Congreso Internacional de Didáctica). La Coruña: Paideia / Madrid: Morata, 1995
- Sarup, M. Identity, culture and the postmodern world. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1996
- Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. Multieducação: Núcleo curricular básico Rio de Janeiro, 1996
- Silva, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: Silva, T. T. (org.) Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000
- Woodward, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: Silva, T. T. (org.): Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000

IDENTIDADE E REPRESENTAÇÃO: a busca de relações a partir da idéia de loucura

Maurício Castanheira

Quando um indivíduo desempenha um papel, implicitamente solicita de seus observadores que levem a sério a impressão sustentada perante eles. Pedelhes para acreditarem que o personagem que vêem no momento possui os atributos que aparenta possuir, que o papel que representa terá as conseqüências implicitamente pretendidas por ele e que, de um modo geral as coisas são o que parecem ser." (Goffman, E. 1975, p. 25)

O texto procura resgatar o conceito de identidade em sua relação com a idéia de representação. Foi originalmente elaborado como resultado de uma pesquisa empreendida em uma instituição psiquiátrica que abrigava pacientes crônicos na década de 80 no Rio de Janeiro. Pretende manter-se atual na medida em que relaciona o Interacionismo Simbólico de Erving Goffman, a Teoria dos Papéis de Deutsh e Krauss e o debate acerca da definição contemporânea de Identidade.

Para começar, o indivíduo considerado louco, que julga a si próprio como tal, solicita da platéia o aplauso. Por outro lado, a platéia que boceja diante de uma interminável e monótona procissão de autômatos, resolve no meio do espetáculo pedir mais emoção, mais agitação, mais loucura. E eis que surge a solução: alguém aceita o papel de maldito e representa para uma platéia curiosa e amedrontada a peça de um único ato e vários autores (desesperados pois não conseguem imaginar um bom desfecho).

É claro que não somente a loucura sobe ao palco: existem certamente outras tantas personagens para distrair a platéia: as drogas, a delinqüência, a miséria, a corrupção (desde que se tome o cuidado para não denunciar alguém da platéia). Há realmente muitas precauções para aprisionar um homem naquilo que ele é, como se vivêssemos com o perpétuo receio de escapar do que somos, de fugir e de repente nos vermos livres da própria condição.

Parece que se está divertindo, representando algo. Ele está representando o papel do 'louco'. Nada há nisso de surpreendente. O jogo é uma espécie de demarcação e investigação; sua condição, inteiramente cerimonial.

O público exige dos atores que se apresentem como em um ritual. Assim como um soldado em posição de sentido, torna-se um soldado-coisa, com um olhar reto, que não vê absolutamente nada, que não se destina mais a ver, pois é o regulamento ou o interesse do momento que determina o ponto onde deve fixar o olhar. A sociedade exige que o louco se limite à sua função.

Lembrando Erving Goffman, ao pensar numa representação:

É fácil supor que o conteúdo da encenação é somente uma extensão expressiva do caráter do ator e ver a função da representação nesses termos pessoais. Esta é uma concepção limitada e pode obscurecer diferenças importantes para a interação como um todo. Se tratarmos uma interação como um diálogo entre duas equipes, às vezes será conveniente chamar uma delas de atores e a outra de platéia ou observadores, deixando de lado momentaneamente o fato de que a platéia também estará apresentando uma representação de equipe. (Goffman, 1975, pp. 76 e 89)

Não se trata de diminuir a importância do desempenho individual dos atores, ou de supervalorizar a presença da platéia. Contudo, é necessário prosseguir a investigação, analisando as relações entre 'representação' e 'identidade'. Observemos o que nos diz a respeito Antonio da Costa Ciampa:

É a estrutura social mais ampla que oferece os padrões de identidade. A posição de uma identidade, em última análise, resulta de um processo de medida em que dois objetos são relacionados, considerando-se um deles como o padrão que serve para identificar o outro; como o padrão não é problemático, pressupostamente é verdadeiro e correto, por equivalência, o segundo também o é. (Ciampa, 1987, p. 169)

A noção de identidade precisa ser entendida como ponte entre a definição de representação e o conceito de papel social.

Esclarece ainda Ciampa, sobre a questão da identidade:

Vejamos: Quando alguém é identificado como PAI? Pode-se responder que é quando nasce uma criança gerada por esse indivíduo; esse fato, contudo, assim considerado, ainda é um fato físico - e ser pai é um fato social. A paternidade torna-se um fenômeno social, quando aquele evento físico é classificado como tal, por ser considerado equivalente a outras paternidades (prévias). O PAI se identifica (e é identificado) como tal por se encontrar na situação equivalente de outros pais (afinal, ele também é filho de um pai). Se ele é PAI (como algo já dado e não se dando), sua identidade de pai está constituída (é imutável). (Idem, p. 170)

A identidade pode ser compreendida, assim, através da localização de uma dupla função, ou seja, ela servir para diferenciar e para, quase ao mesmo tempo, igualar. Por exemplo, quem é chamado João identifica-se a outras pessoas de mesmo nome. Ao mesmo tempo, João tem a marca de uma identidade diferente de quem se denomina Mário.

Entretanto, a identidade apresenta um grau de complexidade maior. Levando em conta o exemplo anterior, se alguém assume o nome João, precisa deixar de lado momentaneamente outras características que também lhe pertencem.

Em cada momento de minha existência, embora u seja uma totalidade,, manifesta-se uma parte de mim como desdobramento das múltiplas determinações a que estou sujeito. Quando estou frente a meu filho, relaciono-me como pai; com meu pai, como filho; e assim por diante. Contudo, meu filho não me vê apenas como pai, nem meu pai apenas como filho; nem eu compareço frente aos outros como portador de um único papel, mas sim como REPRESENTANTE de mim, com todas as minhas determinações que me tornam um indivíduo concreto. Desta forma, estabelece-se uma intrincada rede de representações que permeia todas as relações, onde cada identidade reflete outra identidade, desaparecendo qualquer possibilidade de se estabelecer um fundamento originário para cada uma delas. (Ciampa, 1987, p. 67)

Aprofundando estas questões, remontemos a uma clássica estória da psiquiatria para tentar levantar argumentos contra o uso indiscriminado do Polígrafo ou, mais comumente conhecido, 'detector de mentiras'. Contam os antigos que, em determinada época um grupo de estudiosos resolveu mostrar a eficiência de tão empolgante exame que, segundo diziam os mais experimentados, quase nunca falhava. Isto posto, decidiram escolher, ao acaso, um interno crônico com um quadro clássico.

Encontraram um senhor que andava sempre a apertar o abdome com um certo ar imperial e só respondia se o chamasse pelo nome de NAPOLEÃO.

Foi dito a 'Napoleão' que ele teria que responder a uma série de perguntas, sempre procurando falar a verdade, nada mais que isso.

Como se sabe, o Polígrafo é um mecanismo que, movendo ao mesmo tempo vários registros, demonstra uma regularidade em relação ao funcionamento de certas partes do corpo humano. Assim, se durante uma entrevista o sujeito não altera sua freqüência nas respostas e, subitamente, em determinada resposta, aquela se altera, pode-se suspeitar que o indivíduo esteja mentindo.

Foi iniciada, então, a série de testes com um 'Napoleão' aparentemente seguro de si, respondendo a perguntas banais, possibilitando o registro de uma freqüência.

Em determinado ponto da investigação, um dos especialistas perguntou:

- Você é Napoleão?

E teve resposta imediata:

- NÃO! Não sou Napoleão.

O Polígrafo disparou, a freqüência foi profundamente alterada, levando todos os presentes a acreditar que 'Napoleão' mentia, quando afirmava não ser Napoleão.

Talvez por precaução, medo ou punição ou simplesmente para proteger sua própria identidade, o herói desta estória precisasse abrir mão de um papel para assumir outro.

A platéia confundiu o ator, que, ao final, confundiu a platéia.

No exemplo 'Napoleão' existia como negação de si mesmo, ao mesmo tempo que era o que estava sendo. Ou seja: o paciente, que não era Napoleão, mas que afirmava a todo momento sê-lo, no instante em que declara não ser Napoleão, diz uma verdade e uma mentira.

Isso é identidade: ser e não ser, estar-sendo e ser-sem-estar-sendo.

Reforça-nos o raciocínio a argumentação de Ciampa:

Em conseqüência, sou o que estou sendo (uma parcela de minha humanidade); isso me dá uma identidade que me nega naquilo que também sou-sem-estar-sendo (a minha humanidade total) .

Essa identidade que surge como representação de meu estar-sendo (como parcialidade) se converte num pressuposto de meu ser (como uma totalidade), o que formalmente transforma minha identidade (entendida como um dar-se numa sucessão temporal) num dado atemporal - sempre presente (entendida como identidade pressuposta re-posta numa sucessão temporal). (Ciampa, 1987 p. 173).

O 'Napoleão' da narrativa anterior era o representante de um ser humano com potencialidades existenciais maiores do que era representado. O fracasso do exame legitimou algo que para todos já era uma realidade, apesar de demonstrar que tudo não passava de fantasia, de uma armadilha da representação.

Indagamo-nos, pois, como alguém se representa ou como pode ser representante de si mesmo?

A resposta mais próxima estaria ligada à existência de papéis, ao desempenho de papéis, ao fato de que escolhemos assumir alguns papéis em detrimento de outros.

Procuramos então definir o conceito de 'papel social' . Um dos trabalhos mais completos é o de Morton Deutsch e Robert Krauss (04). Os autores afirmam que, dentro de uma cultura, dada posição se associa com um

conjunto de normas e expectativas. Estas expectativas especificam os comportamentos que o ocupante de uma posição (ou status) pode dirigir adequadamente quando em interação com o ocupante de uma outra posição e, de maneira recíproca, os comportamentos que este pode dirigir adequadamente, quando em interação com o primeiro. O conceito de papel se relaciona com estas expectativas.

Sería útil que existiera una definición única de rol aceptada por casi todos, pero, como señaló Rommetveit (1955), los diferentes usos del término harían muy arbitraria una selección de esa índole. Emplearemos en cambio una clasificación sugerida por el trabajo de Rommetveit (1955) y de Thibaut y Kelley (1959). El uso actual del término refleja por lo menos tres conceptualizaciones bastante distintas: 1. El rol consiste en el sistema de expectativas que existen en el mundo social que rodea al ocupante de una posición, expectativas referentes a su comportamiento hacia los ocupantes de otras posiciones. Podría hablar-se en este caso de rol PRESCRITO. 2. El rol consiste en aquellas expectativas específicas que el ocupante de una posición percibe como aplicables a su propio comportamiento cuando interactúa con los ocupantes de otra posición. Puede denominarse rol SUBJETIVO. 3. El rol consiste en los comportamientos manifiestos específicos del ocupante de una posición cuando interactúa con los ocupantes de alguna otra posición. Esta actividad puede denominarse rol DESEMPEÑADO. (Deutsh e Krauss, 1976, p. 165)

Segundo os autores, o PAPEL SOCIAL seria um conjunto de prescrições que determinam a conduta apropriada daquele que ocupa uma posição social.

O termo 'papel' será empregado como desempenho do que está prescrito, de expectativas de comportamento determinadas culturalmente, carregando direitos e obrigações.

Em um sistema social coerente e bem integrado, com normas corretamente percebidas, o papel prescrito e o papel subjetivo serão bastante semelhantes, o que acarreta satisfação individual e institucional.

Desta forma, quando o sujeito faz algo percebido como correto e esperado como tarefa a realizar, o papel subjetivo e o papel desempenhado estão em acordo.

Sarbin e Allen (1969, pp. 488-558) lembram que o termo 'papel' vem emprestado diretamente do teatro, sendo uma metáfora que procura mostrar que o comportamento adere antes a certas partes ou posições do que aos artistas que as lêem ou recitam. Em uma teoria de papéis o estudo do

indivíduo em si não tem lugar, mas o objeto de estudo seria a atribuição de papéis a pessoas em ambientes sociais.

Um indivíduo é influenciado por diversos tipos de papéis. A conformidade às expectativas de papel indicam aderência às normas do grupo.

Uma das principais causas da não conformidade às prescrições de papel é o fato de pertencer, simultaneamente, a diferentes grupos, cujas prescrições podem ser diferentes, ou até mesmo conflitantes.

No caso do 'louco', este faz parte de um sistema social, o sanatório, e como tal está sujeito a uma série de prescrições que lhe impõem determinados deveres e obrigações. Mas o interno está concomitantemente desempenhando um determinado papel na sociedade mais ampla, qual seja o bode expiatório, de desviante, de irresponsável jurídica e/ou socialmente. Ora, nesta medida, ao 'escolher' um determinado quadro de sintomas, o faz em função de seus interesses e atitudes diante daquele determinado grupo social que o marginalizou (ou enlouqueceu), e, assim sendo, já apresenta uma certa imagem da 'doença', que pode ou não coincidir com a que lhe é imposta na instituição psiquiátrica. Até que ponto pode essa instituição preocupar-se com o entendimento da loucura? Observe-se que isto pode ser uma fonte de conflitos no hospício, entre as disposições do indivíduo que desempenha o papel prescrito socialmente e as expectativas da platéia.

Para desenvolver mais a noção de papel subjetivo, é bom lembrar que as expectativas específicas de papel compreendem direitos e privilégios, deveres e obrigações percebidas como corretas de um ocupante de uma posição social em relação às pessoas (e não à cultura, como no papel prescrito) que ocupam outras posições na estrutura social. Um sujeito, em qualquer posição social, é confrontado com muitos outros sujeitos que ocupam posições complementares em interação com ele. Ela atua de forma diferente na interação com cada um dos papéis complementares, no sistema do qual sua posição pretende-se uma unidade. Isto significa que o ocupante de qualquer posição aprende simultaneamente as prescrições para o seu papel e para papéis relacionados.

Ainda em Deutsh e Krauss (1976, p. 191) encontra-se uma delimitação do ato de desempenhar, justamente em relação à Teoria de Erving Goffman; segundo os autores, que desenvolveu um esquema para a análise da interação social baseado na analogia da representação teatral, acreditava que, para que tal interação fosse viável, seria necessário obter-se primeiro informações acerca daqueles com quem se interatuaria, através da aparência, da experiência prévia com indivíduos semelhantes, o contexto social em que se encontra a pessoa etc. Porém o mais importante seria a informação que comunica uma pessoa sobre si mesma do que diz e faz.

Na medida em que essa informação está sujeita em grande medida ao controle individual, pode-se, ao menos, dentro de certos limites, controlar a 'imagem' que um indivíduo projeta e outros chegam a aceitar.

La información sobre el individuo ayuda a definir la situación y posibilita que los demás anticipen lo que él (el individuo) espera de ellos y lo que ellos pueden esperar de él. Goffman se interesa por las técnicas que emplea la gente para

'presentarse' ante los demás y las condiciones en las cuales tiende a utilizarlas. (Deutsch e Krauss, 1976, p. 191).

Chega-se assim a uma das construções centrais na obra do sociólogo americano. Para ele, desempenho se define como toda atividade de um participante determinado em uma situação dada, que pode influir de algum modo em qualquer dos outros participantes.

Durante um desempenho, o ator (sujeito cujo comportamento estudamos) pode desempenhar um movimento ou prática, também chamado parte ou rotina, uma pauta preestabelecida de ação que se desenrola durante um desempenho que pode ser apresentada ou representada em outras ocasiões.

Quando um indivíduo ou ator desempenha o mesmo movimento para o mesmo público em diferentes ocasiões há probabilidade de surgir um relacionamento social. (Goffman, 1975, p.24).

A conexão entre as idéias de Goffman e os conceitos da Teoria dos Papéis é clara. Vejamos o que nos diz Goffman:

Definindo papel social como a promulgação de direitos e deveres ligados a uma determinada situação social, podemos dizer que um papel social envolverá um ou mais movimentos, e que cada um destes movimentos pode ser representado pelo ator numa série de oportunidades para o mesmo tipo de público ou para um público formado pelas mesmas pessoas. (Goffman, 1975, p. 24)

Cabe então a pergunta : Como pode o louco representar para platéia tão grande e heterogênea?

A resposta não é simples e oferece muitas dificuldades para a Psicologia e principalmente, a Psicologia Social.

Erving Goffman assinala em muitas oportunidades que sua concepção é somente uma das várias perspectivas pelas quais se pode examinar a vida social e, mais especificamente, o fenômeno da Representação Social.

Entretanto, não se pode perder de vista as limitações do modelo analógico e dos exemplos utilizados para configurar uma hipótese, na medida em que tais exemplos podem proporcionar, por sua natureza, poucos elementos confirmatórios. Mais importante ainda, sabe-se que teorias cuja informação se baseia fundamentalmente no exemplo, são muito suscetíveis de refutação.

Com argumento tão incisivo, é preciso ficar claro que se pretende utilizar neste trabalho um modelo para discutir a Representação Social e suas implicações quanto à identidade e aos papéis sociais, levando em consideração o que afirma Sílvia Lane, em relação à Psicologia Social Clássica:

Se a Psicologia apenas descrever o que é observado ou focar o Indivíduo como causa e efeito de sua individualidade, ela terá uma ação conservadora, estatizante - ideológica - quaisquer que sejam as práticas decorrentes. Se o homem não for visto como produto e produtor, não só de sua história pessoal, mas da história de sua sociedade, a Psicologia estará apenas reproduzindo as condições necessárias para impedir a emergência das contradições e a transformação social. (Lane, 1984, p. 15).

Se de um lado podemos criticar a falta de compromisso científico do Interacionismo Simbólico, por outro lado podemos criticar o Positivismo que anulou o Ser Humano, como produto e produtor da história; ou encontrava-se um homem socialmente determinado ou um outro que era causa de si mesmo (Sociologismo X Biologismo) .

Na medida em que a gnose positivista descrevia comportamentos restritos no espaço e no tempo, estes comportamentos, mediados pelas instituições sociais, reproduziam infinitamente a ideologia dominante, levando-se a considerá-los como NATURAIS e UNIVERSAIS.

Durante muito tempo os Psicólogos Sociais preocuparam-se apenas com a reprodução, com pequenas variações das condições sociais nas quais o Indivíduo vive. Observemos o que afirma Sílvia Lane: (Lane, 1984, p. 13)

A ideologia, como produto histórico que se cristaliza nas instituições, traz consigo uma concepção do Homem necessária para reproduzir relações sociais que, por sua vez, são fundamentais para a manutenção das relações de produção da vida material da sociedade como tal. Na medida em que a história se produz dialeticamente, cada sociedade, na organização da produção de sua vida material, gera uma contradição fundamental que, ao ser superada, produz uma nova sociedade, qualitativamente diferente da anterior. Porém, para que esta contradição não negue a todo o momento a sociedade que se produz, é necessária a mediação ideológica, ou seja, valores, explicações tidas como verdadeiras que reproduzem as relações sociais necessárias para a manutenção das relações de produção (. . .)

A consciência da reprodução ideológica inerente aos papéis socialmente definidos permite aos Indivíduos no grupo superarem suas individualidades e se conscientizarem das condições históricas comuns aos membros do grupo, levando-os a um processo de identificação e de atividades conjuntas que caracterizam o grupo como unidade. (Lane, 1984, p.13 e 17. Grifos nossos).

Segundo esta perspectiva, retornando à questão da representação, podemos resumí-la em três pontos, de acordo com o estudo de Antonio da Costa Ciampa (1987):

- 1º - Representar comparecendo como representante de si próprio, transformando-se em um desigual de si por representar.
- 2º - Representar o outro que é ele mesmo com múltiplas determinações. Estar sendo parcialmente, como desdobramento.
- 3º - Representar no sentido de re(a)presentar, repor no presente, caracterizando o impedimento de expressar um outro OUTRO que o sujeito também é (o-que-é-sem-estar-sendo).

Se deixasse de representar, expressaria este outro OUTRO que também é, negando assim a negação imposta ao seu ser, através da predicação.

Algumas informações tornam-se necessárias para tornar mais claro o esquema anterior como, por exemplo, definir melhor a função de predicação.

Vejamos o que propõe Ciampa:

Ao dar nome a alguém, ao chamar alguém de uma maneira, torno esse alguém determinado. Isso, porém, pode me fazer esquecer o momento anterior em que esse alguém se tornou presente para mim, separando-se como um objeto para minha consciência. Ele nasceu, então é nascido. A manifestação do ser é sempre uma atividade; neste exemplo: NASCER (só depois ele É nascido).

O que pode ser percebido é que qualquer predicação é predicação de uma atividade anterior, genericamente de uma presentificação do ser (Ciampa, 1987, p. 133).

Um nome ou, mais ainda, uma identidade concretiza uma política, dá corpo a uma ideologia. É como se cada indivíduo encarnasse as relações sociais, configurando uma identidade pessoal, uma história ou um projeto de vida: uma vida-que-nem-sempre-é-vivida, no emaranhado das relações sociais.

No seu conjunto, as identidades constituem a sociedade, ao mesmo tempo em que são constituídas por ela.

A questão da identidade deve ser vista não apenas como uma questão científica ou meramente acadêmica. É sobretudo uma questão social, uma questão política, como muito bem argumenta Costa Ciampa.

Nossa linguagem cotidiana tem dificuldades de falar ao ser como atividade - como acontecer, como suceder. Acabamos por usar substantivos que criam a ilusão de uma substância de que o indivíduo seria dotado, substância que se expressaria através dela. Por isso, quando representamos a identidade, usamos com muita frequência proposições substantivas (Severino é lavrador), em vez de proposições verbais (Severino lavra a terra). Pelo fato de interiorizarmos o que é predicado, a atividade coisifica-se sob forma de uma personagem que subsiste independentemente da atividade que a engendrou e que a deveria sustentar (Severino é lavrador porque lavra a terra). (Ciampa, 1987,p.133).

Um nome identifica o sujeito e os sujeitos com ele se identificam. Por isso alguém diz 'Eu me chamo 'Napoleão' . . . Então, ' nós nos chamamos ', mas isto só depois de uma certa idade, pois inicialmente somos chamados por um nome que nos foi dado.

Interiorizamos aquilo que os outros nos atribuem de tal forma que se torna algo nosso. A tendência é nós nos predicarmos coisas que os outros nos atribuem. Até certa fase esta relação é transparente; depois de algum tempo, torna-se menos direta e mais seletiva.

Se de início alguém é chamado e depois se chama a si próprio com um nome (ou qualquer outra predicação), adquire a capacidade de através da consciência pensar a si próprio como objeto e não mais como sujeito.

A identidade, que inicialmente assume a forma de um nome próprio, vai adotando outras formas de predicções como papéis.

A forma personagem é sua melhor expressão.

Procuremos esclarecer os limites da categoria personagem, fundamental para o presente trabalho, com a ajuda de Ciampa:

Imagine um grupo de alunos antes do início do curso perguntando: Quem é o professor de Psicologia Social ? Se a resposta pudesse ser um papel a pergunta não teria cabimento,, porque professor é alguém que ministra cursos na sua área de

especialização; o papel é conhecido. Imagine que então alguém responde: O professor é fulano; se o nome for de uma personagem conhecida, certamente os alunos terão satisfeita a curiosidade. Ah! É ele. Porém, se for o nome de uma personagem desconhecida, poderão ainda perguntar: Quem é esse cara? Qual é a dele? A personagem é o que se quer conhecer. (Ciampa, 1987, p.134)

A identidade assume, pois, a forma PERSONAGEM, ainda que esta seja chamada pelo nome próprio, por um apelido, por um papel.

Podemos então, até aqui, agrupar uma série de constatações:

- a identidade é sempre pressuposta, ou seja, mesmo sem conhecê-la,
pressupomos que exista;
- não apenas o nome fornece identidade; outras representações também
o fazem;
- quanto mais dados, mais complexa se torna a tarefa de localizar e/ou
definir a identidade;
- em lugar de dados, deve-se buscar a ação, a atividade.

Assim, não se buscará o louco, mas sua loucura, seus sintomas, seus diagnósticos, suas medicações (ou intervenções terapêuticas, se preferirem). A busca se concentrará na fala do poeta, do povo, do escritor e dos loucos, personagens que se vão engendrando umas às outras pelo agir e pelo dizer. Quando for possível conhecer as personagens que 'cercam' o louco, ele será mais facilmente conhecido.

À medida que as personagens se vão constituindo, vai-se constituindo também um universo, um conjunto de significações instituídas em virtude das relações inter e intra-imagens.

A língua, invenção anônima e coletiva, passa a ser uma invenção assinada e individual que, ao espelhar um espírito coletivo, ultrapassa o indivíduo - transborda a assinatura. Toda autoria é anônima; traz um nome cuja propriedade é coletiva. (Victor Knoll, 1983, p.38).

Mesmo assim, nosso ponto de partida pode ser a própria REPRESENTAÇÃO considerando-a também enquanto produção, de tal forma que a identidade passe a ser entendida como o próprio processo de identificação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ABRANCHES, Sérgio Henrique. **Política Social e combate à Pobreza**. Rio de Janeiro, Zahar, 1987.
- ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. São Paulo, EDUSP, 1981.

- ARTAUD, Antonin. Carta aos Médicos-Chefes de Manicômios. In: **Escritos de Antonin Artaud**. Porto Alegre, (L & PM Editores, 1983. pp 30-31).
- ASSIS, Machado de . **Obras Completas**. Rio de Janeiro, Nova Aguilar , 1985. 5ª ed. Vol. 2.
- BENEVIDES, Maria Victoria & Ferreira, Rosa Maria Fisher. Respostas Populares e Violência Urbana: O Caso de Linchamento no Brasil (1979-1982)In: **Crime Violência e Poder**. São Paulo, Brasiliense, 1983. pp. 225-243.
- BIRMAN, Joel. **A Psiquiatria como Discurso da Moralidade**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1978.
- _____. **Enfermidade e Loucura**. Rio de Janeiro, Campus, 1980.
- BRECHT, Bertold. **Poemas 1913-1956**. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- .CASTEL, Robert. Intervenções. In: -. **Psiquiatria e Antipsiquiatria em Debate**. Porto, Afrontamento, 1977. pp. 55-62.
- _____. **A Gestão dos Riscos**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977.
- CIAMPA, Antonio da Costa. **A Estória do Severino e A História da Severina**. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- CODO, Wanderley. Relações de Trabalho e Transformação Social. In: LANE, Sílvia et alii. **Psicologia Social : O Homem em Movimento**. São Paulo, Brasiliense, 1984. pp. 136-151.
- COOPER, David et alii. **Psiquiatria e Antipsiquiatria em Debate**. Porto, Afrontamento, 1977.
- _____. **Psiquiatria e Antipsiquiatria**. São Paulo, Perspectiva, 1982.
- COSTA, Jurandir Freire. **História da Psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro, Campus, 1981. 3ª. ed.
- _____. **Violência e Psicanálise** . Rio de Janeiro, Edições Graal, 1984.
- CUNHA, Maria Clementina P. Juquery. **A História de um Asilo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- DEUTSCH, Morton & KRAUSS, Robert M. **Teorias em Psicologia Social**. Buenos Aires, Paidós, 1976.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Petrópolis, Vozes, 1977.
- _____. **A História da Loucura**. São Paulo, Perspectiva, 1978.
- _____. A Verdade e as Formas Jurídicas. **Cadernos da PUC I** .. 1978.
- FREIRE, Roberto. **Viva EU Viva TU, Viva o Rabo do Tatu**. São Paulo, Global, 1983. 5ª ed.
- GIANNOTTI, José Artur. **Trabalho e Reflexão**. São Paulo, Brasiliense, 1984. 2ª ed.
- GOFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na Vida Quotidiana**. Petrópolis, Vozes, 1975.
- _____. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo, Perspectiva, 1974.
- _____. **Estigma: Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro, Zahar, 1980. 3ª ed.
- HABERMAS, Jurgên. **Conhecimento e Interesse**. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- _____. **Para a Reconstrução do Materialismo Histórico**. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- HEINS, R. Sontag et Alii. **Psiquiatria e Subdesenvolvimento**. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- KESEY, Ken. **Um Estranho no Ninho**. Rio de Janeiro, Companhia Editora Americana, /s.d./.

- KNOLL, Victor. **Paciente Arlequinada**. São Paulo, HUCITEC, 1983.
- LAINING, Ronald David. **Laços**. Petrópolis, Vozes, 1974.
- _____. **Razão e Violência**. Petrópolis, Vozes, 1982. 2ª ed.
- _____. **O Eu Dividido: estudo existencial da sanidade e da loucura**. Petrópolis, Vozes, 1982.
- LANE, Sílvia et alii. **Psicologia Social: O Homem em Movimento**. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- LAPLANTINE, François. **Etnopsiquiatria**. Lisboa, Vega, 1978.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Introdução à obra de Marcel Mauss. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo, EPU, 1974. Vol. 1. p.9.
- MACHADO, Roberto. **Ciência e Saber: A Trajetória da Arqueologia de Michel Foucault**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1981.
- MOFFATT, Alfredo. **Psicoterapia do Oprimido: ideologia e técnica da psiquiatria popular**. São Paulo, Cortez, 1984. 5ª. ed.
- MONTEIRO, Paula. **Da Doença à Desordem: A magia da umbanda**. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- PESSOA, Fernando. **Obra poética**. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1986.
- PROENÇA, M. Cavalcanti. **Machado de Assis: O Alienista e outras histórias**. Introdução. Rio de Janeiro, Tecnoprint, /s.d./.
- ROTTERDAM, Erasmo de. **O Elogio da Loucura**. Rio de Janeiro, EDIOURO, /s.d./.
- SARBIN, T. R. & ALLEN, V. L. Role Theory. In G. LINDZEY & E. ARONSON. **Handbook of Social Psychology**. Cambridge, Mass: Addison-Wesley, 1968. 2ª ed. Vol. 2.
- SERRANO, Alan Indio. **O que é Psicologia Alternativa**. São Paulo, Brasiliense, 1985. 4ª ed.
- SZASS, Thomas. **A fabricação da Loucura**. Rio de Janeiro, Zahar 1978. 2ª ed.
- _____. **Ideologia e Doença Mental**. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.
- TUNDIS, Silverio de Almeida et Alii. **Cidadania e Loucura: políticas de saúde mental no Brasil**. Petrópolis, Vozes - ABRASCO, 1987.
- VELHO, Gilberto. Duas Categorias de Acusação na Cultura Brasileira Contemporânea. In: _____. **Sociedade e Doença Mental**. Rio de Janeiro, Campus, 1978.